



**Jornal Notícias**

30-01-2014

**Periodicidade:** Diário

**Classe:** Informação Geral

**Âmbito:** Nacional

**Tiragem:** 110603

**Temática:** Justiça

**Dimensão:** 381

**Imagem:** S/PB

**Página (s):** 1/17

# JP SÁ COUTO 12 ANOS ACUSADA SEM RAZÃO P.17



João Paulo Sá Couto, vice-presidente da empresa, e Paula Lourenço, advogada

# MP iliba JP Sá Couto depois de a acusar durante 12 anos

Desde 2002 que a empresa era associada a um grupo organizado de fuga ao Fisco

**Carlos Varela\***  
carlos.varela@jn.pt

**A DECLARAÇÃO** da procuradora da República caiu como uma bomba na sala de audiências da 5.ª Vara Criminal do Tribunal de Lisboa. Desde 2002 que a JP Sá Couto, fabricante dos computadores Magalhães, estava no rol de suspeitos do Ministério Públi-

co (MP) num esquema de associação criminosa e fraude fiscal, por carrossel do IVA, mas ontem a própria representante do MP pediu a absolvição da empresa de Matosinhos e do seu vice-presidente, João Paulo Sá Couto, alegando que “não tinham conhecimento e não tiveram participação” na fraude.

Para trás, ficava mais de uma década de um processo com mais de treze mil páginas e 101 volumes de apensos, o envolvimento direto do principal organismo do Estado para o combate ao crime organizado, o Departamento Central de Investiga-

## PORMENORES

### Suspeitos sem investigação

A investigação apontou quatro empresas-fantasmas usadas para encobrir as alegadas fraudes, mas nunca foram investigadas, nem os seus proprietários constituídos arguidos pelo Ministério Público.

### Empresas conhecidas

Advogados de defesa dos arguidos disseram que as referidas empresas eram bem conhecidas, assim como os donos, e podiam ter trazido luz ao processo.

ção e Ação Penal (DCIAP), investigações das Finanças e da PJ, buscas e peritagens que culminaram na acusação de 31 arguidos, sendo o mais mediático a JP Sá Couto, numa suposta fraude ao Estado de valor superior a cinco milhões de euros.

A advogada da empresa, Paula Lourenço, manifestou-se satisfeita, mas nas alegações destacou a “amargura” de 12 anos de um processo. “Os meus constituintes foram acusados, inclusive, de associação criminosa”, apontou, salientando a “falta de prurido” do MP ao entrar neste tipo de acusações sem a necessária fundamentação.

O DCIAP foi arrasado pela advogada, ao lembrar a forma como algumas provas foram conseguidas.

“Houve inspetores das Finanças que agiram como agentes encobertos”, sem a necessária cobertura judicial. Recolheram prova junto dos arguidos dizendo que andavam a fazer um inquérito para estatística. “Não conhecem os princípios do Processo Penal”.

### Condenação para dez

Quanto aos restantes arguidos, o MP pediu a condenação de Jorge Santos Costa, alegado líder da rede criminosa, e mais nove arguidos que “ajudaram no suposto plano de fuga ao IVA”, através de empresas-fantasmas que tinham ligações de negócios à JP Sá Couto. Mas o defensor do arguido, Duarte Filipe Vieira, defendeu a absolvição por falta de provas e lamentou não terem sido investigadas as firmas que serviram para esconder a fraude.